

## ESCOLA, REVOLUÇÃO 4.0, CONSERVADORISMO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Christian Lindberg L. do Nascimento\*

**Resumo:** O objetivo deste texto é analisar dois movimentos que tendem a impactar na formação do docente: a *uberização* das relações trabalhistas e as iniciativas educacionais com caráter conservador. O ponto de partida é a atual situação política e educacional na qual se inserem as políticas públicas que visam impactar na formação do professor, marcadas pela Revolução 4.0, pela reforma trabalhista e por propostas educacionais que negam o papel da escola e do professor no processo educativo. Por ser uma pesquisa qualitativa, buscou-se utilizar fontes que pudessem subsidiar a argumentação. Além disso, a análise de conteúdo foi o procedimento metodológico adotado, tendo livros, estudos quantitativos e análise documental como fontes.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; Escola; *Homeschooling*; Professor; Revolução 4.0.

**Resumen:** El objetivo de este texto es analizar dos movimientos que tienden a impactar la formación del docente: la Uberización de las relaciones laborales y las iniciativas educativas con carácter conservador. El punto de partida es la actual situación política y educativa en la que se insertan las políticas públicas que buscan impactar la formación del profesor, marcadas por la Revolución 4.0, por la reforma laboral y por propuestas educativas que niegan el papel de la escuela y del profesor en el proceso educativo. Por ser una investigación cualitativa, se buscó utilizar fuentes que pudieran subvencionar la argumentación. Además, el análisis de contenido fue el procedimiento metodológico adoptado, teniendo libros, estudios cuantitativos y análisis documental como fuentes.

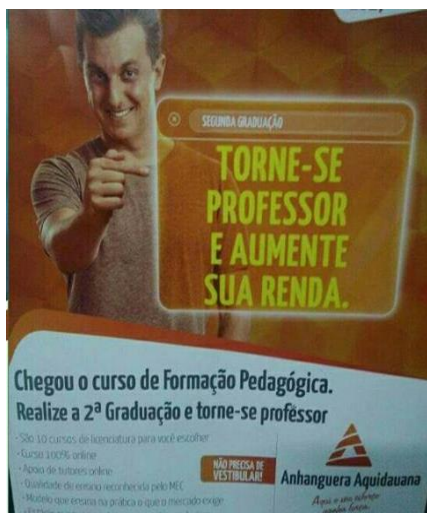
**Palabras claves:** Conservadurismo; La escuela; *Homeschooling*; Maestro; Revolución 4.0.

O tema da formação docente em Filosofia tem ocupado parte das preocupações acadêmicas. Pretende-se externar algumas delas, com base no que tem sido percebido recentemente. O cenário é o Brasil dos últimos anos, notadamente dos últimos cinco, que tem posto em questão a legitimidade da escola e, especificamente, a profissão de pro-

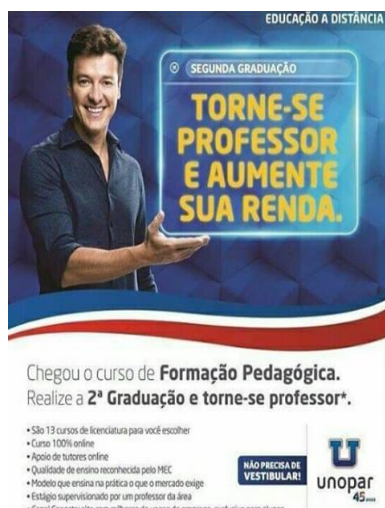
fessor. O ponto de partida da argumentação são duas campanhas publicitárias que foram veiculadas no ano de 2017. Em ambas, o tema é o mesmo: “Torne-se professor e aumente sua renda. Chegou o curso de formação pedagógica. Realize sua 2º graduação e torne-se professor”.

---

\* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. Integra o corpo docente dos programas de pós-graduação em Filosofia (UFS) e do Prof-Filo (núcleo UFPE). Pertence ao Grupo de Trabalho *Filosofar e ensinar a filosofar* da Anpof. E-mail: christian.lindberg76@gmail.com.



Fonte: Google.



Fonte: Google.

Os personagens contratados são dois dos principais apresentadores da televisão brasileira (Luciano Hulk e Rodrigo Faro). As duas universidades, Unopar e Anhanguera, pertencem ao Króton, maior grupo educacional do país e um dos maiores do mundo. O que os comerciais prometem? 1) O ingressante não passa pelo crivo do vestibular para entrar no ensino superior; 2) Os cursos são integralmente na modalidade EaD; 3) O modelo pedagógico é pautado no ensino de práticas que o mercado de trabalho exige; 4)

O estágio supervisionado é realizado em conjunto com um professor da área.

A primeira reação que se pode ter é a de assombro. A ideia central das duas propagandas é para incentivar as pessoas a fazerem a segunda graduação na área de licenciatura para aumentar a renda. Por acaso a profissão de professor virou “bico”? Outro aspecto diz respeito à ausência de critério para verificar o grau de conhecimento científico do postulante, visto que não há vestibular para ingressar na licenciatura. A opção de ministrar o curso na modalidade a distância (EaD) sinaliza para uma formação, provavelmente, precária e de qualidade duvidosa.

Entretanto, os dados demonstram que a peça publicitária repercute, em certa medida, a realidade dos cursos de licenciatura do país. De acordo com o Censo do Ensino Superior (2019), o Brasil tem 1.628.676 matriculados em cursos de licenciatura. Destes, 50,2 % de frequentam cursos à distância, sendo que a maioria, 70%, em instituições privadas.

Os dados da pesquisa *Profissão Docente*, divulgada em 2018 e realizada pela ONG Todos pela Educação e Fundação Itaú Social, aponta que um terço (33%) dos professores está totalmente insatisfeito com a profissão e que quase metade dos docentes (49%) não recomendaria a própria profissão para um jovem por considerá-la “desvalorizada”. Ademais, outro estudo do Todos pela Educação, também de 2018, constatou que 29%, dos 2 mil entrevistados, têm ocupações extras para complementar a renda.

Observa-se que a propaganda e os dados educacionais comprovam o que tem sido visto nas escolas; a profissão docente é desvalorizada, a formação inicial é debilitada

e não atende às expectativas da sala de aula<sup>2</sup>. Porém essas informações servem para problematizar a existência de dois movimentos que tendem a alterar, de forma agressiva, a profissão docente. Aborda-se o tema da *uberização* das relações trabalhistas e de iniciativas educativas com caráter conservador (projeto Escola sem partido e *homeschooling*).

O primeiro movimento tem relação direta com o perfil das novas relações trabalhistas, notadamente a reforma trabalhista (lei nº 13.467/17), a ampliação da terceirização para atividades fins e a Revolução 4.0. Em conjunto, o impacto delas na carreira do professor, dos atuais e dos futuros docentes, tende a ser alterada substancialmente.

A lei nº 13.467/17 promoveu mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e outros dispositivos legais. De todas, destaca-se a regulamentação do método de trabalho denominado de *home office* ou teletrabalho. O texto define *home office* como a prestação de serviço realizado, majoritariamente, fora das dependências do empregador e que utiliza tecnologias da informação e comunicação (TIC). O artigo 75-C expressa que a “prestação de serviço na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado”, permitindo a alteração do regime presencial para o *home office*, desde que haja acordo mútuo e seja registrado, como aditivo, no contrato de trabalho. A cessão dos equipamentos tecno-

lógicos e a infraestrutura necessária para a realização do teletrabalho devem ser custeadas pelo empregador.

A nova legislação trabalhista deve impactar na forma como os docentes serão contratados. Com a possibilidade de terceirizar a atividade-fim e a execução da Emenda Constitucional nº 95, abre-se caminho para que a União, os estados e os municípios contratem professores de forma temporária<sup>3</sup> ou substituam o celetista/estatutário pelo horista. No campo educacional, tende a incentivar a *pejotização* do professor. Entendida como a forma de trabalho na qual o empregador obriga o empregado a constituir-se como pessoa jurídica para prestar determinado serviço, a *pejotização* permitirá o empregador contratar o professor, de forma individual, sem o amparo de garantias mínimas (férias remuneradas, 13º salário, regência de classe, etc.) e sem a necessidade de inserir o sindicato em eventuais negociações.

As novas modalidades de contratação, como o contrato temporário e o intermitente precarizam ainda mais as relações e as condições de trabalho de uma categoria que, seja nas escolas de educação básica, seja nas instituições de ensino superior, sempre teve que lutar. (SILVEIRA, 2020).

Marilena Chauí, no texto intitulado *O que é a nova ultradireita?*, identifica que a sociedade está diante do processo de *uberização* das relações trabalhistas, mudança que, além de atomizar as relações sociais, tem imposto nova configuração nos vínculos

<sup>2</sup> O estudo *Professores do Brasil: novos cenários de formação*, coordenado pela profa. dra. Bernadete Gatti (USP), apresenta informações relevantes para se entender o atual cenário da formação docente no Brasil.

<sup>3</sup> A lei nº 13.476/17 permite que seja celebrado contrato com 9 (nove) meses de duração e o trabalho intermitente.

empregatícios. Segundo Chauí, essa alteração resulta da crise que o neoliberalismo passa, a ponto de procurar uma alternativa para encobrir o desemprego estrutural. Cada ser humano vira uma espécie de empresa individual ou, como enfatiza a autora, “empresário de si mesmo, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia.” (CHAUÍ, 2020).

Ricardo Antunes identifica que estamos diante da desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas. Aliado a isso, tem-se a terceirização dos serviços, movimento que tende a impactar com mais força no setor da educação. Para Antunes, na lógica empresarial, “a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução” (ANTUNES, 2001, p. 38), porque o capital e sua reprodução impulsionam as estruturas sociais, até mesmo na educação.

Essa situação tende a ser agravada com a implantação da denominada Revolução 4.0 no setor educacional. Professor virando *youtuber*, adoção cada vez mais intensa de aplicativos em celulares, o uso de inteligência artificial para corrigir provas e tirar dúvidas dos estudantes, *podcast* e a enxurrada de canais no *Youtube* abrem um leque de possibilidades para o exercício docente.

De antemão, é bom registrar que a adoção das TIC's como instrumento para o exercício docente é importante, visto que ampliam a possibilidade de uso de ferramentas didáticas para o cumprimento *dos objetivos principais* da educação formal, *quais sejam*, socializar o conhecimento sistemati-

zado para as novas gerações e estreitar a relação do professor com os estudantes. De modo semelhante, as TIC's tendem a estender o espaço físico da escola, instituição que tem como principal objetivo difundir o conhecimento, tornando-a mais próxima e presente na vida do estudante.

Entretanto, o advento da Revolução 4.0 pode colocar em risco a existência da escola, impactando diretamente na profissão docente. Quando utilizada para fins mercadológicos, o que tem sido visto é a substituição do professor por robôs, aplicativos e plataformas virtuais de ensino. Sabe-se, por exemplo, que o Grupo Laurette, mantenedora da FMU e Anhembi-Morumbi, tem substituído os professores que lecionam na modalidade EaD por robôs dotados de inteligência artificial, à revelia dos próprios estudantes, até mesmo para corrigir as provas. A Fundação Lemman, em parceria com outras entidades empresariais, criou um aplicativo<sup>4</sup> que envia para estudante, via celular, um plano de aula com atividades para realizar em casa, sem a mediação de um professor.

Outra situação aconteceu na cidade paulista de Ribeirão Preto. A administração municipal tentou implantar a contratação dos professores por meio de aplicativo, quando o titular da disciplina não pudesse ir para a sala de aula ministrar aulas. Movimento semelhante tem acontecido no cadastro e na contratação de professores por meio de aplicativos.

Ora, então o que é a Revolução 4.0? Trata-se do “produto de uma profusão de tecnologias aplicadas ao ambiente de produção”, a exemplo dos “veículos autônomos, impressoras 3D, robôs avançados, inteligên-

<sup>4</sup> O nome do aplicativo é AprendiZap.

cia artificial, Big Data, nanomateriais e nanossensores.” (TESSARINI JUNIOR, G.; SALTORATO, 2018, p. 746). O atual mundo do trabalho, cada vez mais digital e flexível, pode propiciar uma situação paradoxal aos trabalhadores. O caso do *home office*, por exemplo, traz a vantagem de realizar as atividades laborais no ambiente doméstico, garantindo certo bem-estar, principalmente para os moradores dos grandes centros urbanos. Por outro lado, tem visto a eliminação dos direitos trabalhistas, como também o incentivo ao trabalho isolado, sem sociabilidade nem representação sindical. Como diz Antunes (2018, p. 42), “é desse modo que o capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia da dominação”.

A análise que Ricardo Antunes (2018) desenvolve dessa nova configuração do mundo do trabalho é reveladora. Para ele, o capitalismo contemporâneo, marcado pela financeirização da economia, tem imposto o aumento da dependência humana em relação ao trabalho. Esperava-se que a sociedade pós-industrial, marcada pela expansão do setor de serviços, impulsionasse melhores condições de trabalho para a classe trabalhadora. No entanto, o que tem sido visto é a precarização das relações trabalhistas, que tende a ser impulsionada pela Revolução 4.0:

Assim, de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho on-line e dos “aplicativos”, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais

os direitos vigentes. (ANTUNES, 2018, p. 39).

No diagnóstico elaborado por ele, constata-se que um grupo minoritário de pessoas estará no topo dos assalariados, outra parte será induzida à instabilidade profissional, levando-a a aceitar as oscilações do mercado de trabalho, e haverá uma terceira parte de indivíduos que se submeterão aos comandos dos aplicativos sob a falsa noção de empreendedores, a exemplo do que acontece com os trabalhadores recrutados pelos aplicativos *Uber* e *Ifood*.

O segundo movimento em curso ocorre através das propostas do projeto Escola sem partido (ESP) e do *homeschooling*. Observa-se que ambos, em seu conjunto, buscam constituir um projeto político de dominação ideológica com forte viés anti-iluminista<sup>5</sup>, negando, sobremaneira, a ideia Moderna de escola.

Durante a constituição moderna da escola, por meio dos escritos educacionais de Lutero, Comenius e Condorcet, alguns filósofos, a exemplo de Locke e Rousseau, entendiam a escola como espaço propício para a degeneração moral das crianças. Descartes, de igual modo, no seu famoso *Discurso do método*, compreende que a escola não contribuía para o desenvolvimento seguro do conhecimento. Pelo contrário, ela o deixou “embaraçado com tantas dúvidas e erros” (DESCARTES, 1999, p. 37), situação

<sup>5</sup> A professora Calota Boto, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), tem dedicado parte de sua pesquisa acadêmica aos estudos da educação no Iluminismo. Os livros de sua autoria, *A liturgia escolar na Idade Moderna* (Papyrus, 2017) e *Instrução pública e projeto civilizador* (Edunesp, 2017), contemplam parte substancial do debate educativo da Modernidade.

que lhe permitiu ter consciência de que os anos de estudos o tornou ignorante. A crítica à escola abrangia elementos relacionados à disciplina rígida, em boa parte fundada em punições físicas, e ao conteúdo ministrado, resultando certo pedantismo e inutilidade para a vida prática. Com o passar dos séculos, parte das críticas feitas contra as escolas continua sendo a mesma. Pode-se exemplificar quando são acusadas de serem locais de degeneração moral, que não preparam as crianças e os jovens para a vida social e profissional ou, como tem sido cada vez mais frequente, espaço para a formação de militantes políticos<sup>6</sup>.

No entanto, a escola moderna permitiu que milhões de crianças e jovens tivessem acesso ao conhecimento científico, possibilitando-lhes a autonomia e o exercício livre da razão. Como versa Comenius (2002, p. 96), as escolas são as oficinas da humanidade; elas transformam os homens em homens de verdade. Parafraçando Diderot, no livro *Plano de Universidade*, civilizar um povo é educá-lo. Nessa relação dialética, a escola, especialmente a pública, desenvolve-se e procura cumprir seus objetivos.

---

<sup>6</sup> Há outros elementos críticos à escola moderna. O viés estruturalista, especialmente o defendido por Althusser, aponta-a como Aparelho Ideológico do Estado (AIE), ou seja, a escola é utilizada como via de transmissão ideológica da classe dominante. Foucault, por outro lado, critica a escola moderna por ser o ambiente propício à domesticação dos corpos, impun-do-lhe, via disciplina, o agir livremente. A tradição marxista, em que pesem as diferentes matrizes, indica que a escola é o local para formar indivíduos aptos ao mercado de trabalho e de divisão social, formando trabalhadores manuais e intelectuais. Na esteira crítica, Adorno constatou que a escola permite a ascensão ao conhecimento científico e cultural, no entanto, propicia a manifestação de valores fascistas entre os jovens, como o autoritarismo, o narcisismo e a competitividade.

Nesse contexto, entende-se que os professores são essenciais para que a escola consiga servir como elo entre o conhecimento sistematizado e os estudantes. Em outros termos, o professor exerce a função de mediação entre a natureza biológica e a ordem histórico-social da Humanidade<sup>7</sup>.

Russell, quando pensa o papel da escola, identifica que é preciso ter um tipo de pessoa que se quer formar antes de possuir uma opinião sobre a melhor educação a ser ministrada. Deve-se constituir nela qualidades desejáveis para a humanidade e outras que sejam universais. Como ele afirma, “é a educação que nos dá essas qualidades ruins, e é a educação que deve nos dar as virtudes que lhes são opostas.” (RUSSELL, 2014, p. 66). Nesse contexto, o professor deve ter amor pelos jovens e ter nitidez na concepção de excelência humana que quer constituir no estudante. No entanto, por ser funcionário do Estado, o professor pode “incutir crenças e pressupostos cuja utilidade é estabelecida por aqueles que lhes dão emprego.” (RUSSELL, 2000, p. 71). Esse risco aumenta em estados totalitários e é minimizado em democráticos<sup>8</sup>.

Em suma, Russell defende que a tarefa central do professor é servir como guardião da civilização, empenhando-se em comunicar aos estudantes uma atitude civilizada. Além disso, o bom professor precisa ter afeição por seus alunos e o desejo constante

---

<sup>7</sup> Hegel, no livro *Escritos pedagógicos*, expõe a relação entre mundo biológico e mundo histórico-social.

<sup>8</sup> A inclusão da educação como direito para todos fez com que o professor virasse funcionário do Estado. No entanto, ele pode estabelecer uma relação passiva diante dos governos, geralmente compostos por pessoas que não têm os pré-requisitos elementares para coordenar as ações governamentais na área da educação.

de compartilhar com eles aquilo que é, para si próprio, um valor. Por outro lado, o professor precisa esforçar-se na constituição de uma sociedade democrática, onde a tolerância seja exercida e a noção de empatia prevaleça. Como Russell afirma, a “ignorância intolerante é a antítese da perspectiva civilizada e constitui um dos perigos mais graves a que está exposto o nosso mundo superpovoado.” (RUSSELL, 2000, p. 83).

No entanto, tanto o ESP quanto o *homeschooling* identificam, *grosso modo*, que os professores são os principais responsáveis pela atual crise da escola brasileira, especialmente a pública. Para os defensores de tais iniciativas, os docentes doutrinam as crianças e os jovens, em vez de lhes ensinarem os elementos mais essenciais da educação (ler, escrever e calcular), além de prepará-los para o exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

O ESP argumenta que os professores aproveitam uma suposta audiência cativa para promover seus próprios interesses e opiniões (políticas, ideológicas, morais ou religiosas). Defende que os professores devem respeitar o direito dos pais dos alunos quando o assunto é o ensino de crenças religiosas e valores morais. Rocha (2020, p. 215) identifica o ESP como uma proposta de “código de ética profissional norteador do trabalho de profissionais que lidam com pessoas em fase de ‘educação moral’”, e sentencia que “o movimento apresenta-se como defensivo, invocando como motivação os sentimentos de indignação de muitos pais, mas gera efeitos colaterais.” (ROCHA, 2020, p. 126). Um desses efeitos, e talvez o mais nocivo, é a tentativa de impor limites à liberdade de cátedra, condição essencial para o

docente ministrar a multiplicidade dos conhecimentos de cada área. Outro aspecto que tem sido notado é a perda da autoridade do professor, principalmente porque o aluno se sente no direito de questionar o conteúdo que é ministrado durante as aulas sem embasamento científico algum, simplesmente por alegar que o professor está doutrinando os estudantes.

O fato é que, por causa do clima de conflito e desconfiança que o ESP criou contra os professores no ambiente escolar, os alunos estudantes estão sendo prejudicados e os desígnios da escola moderna estão sendo contrariados por dois motivos: 1) Ela não consegue transmitir o conhecimento sistematizado e a cultura para que as crianças e os jovens possam utilizá-los no mundo que os cerca; e 2) Ela não conseguem integrar através de valores e rituais compartilhados que visam às mais diversas formas de consenso social. (ROCHA, 2020, p. 147).

Talvez isso justifique as constantes decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com a admissibilidade dos pedidos de ação direta de inconstitucionalidade (Adin), contra uma série de leis que foram aprovadas sob inspiração do ESP. O argumento central dos ministros do STF é a defesa da liberdade de cátedra no exercício profissional do docente. No entanto, por mais que os idealizadores do ESP pressintam as derrotas jurídicas que têm marcado a história do movimento, o estrago foi feito, criando um clima de desconfiança e inimizade dentro da escola.

O fato é que a escola moderna tem sido questionada por diversos setores. Se, por um lado, as avaliações evidenciam o baixo grau de aprendizagem dos estudantes

nas áreas mais elementares do conhecimento, por outro, percebe-se que sua negação acontece no sentido de deslegitimá-la como espaço de formação cultural e moral. Soma-se a essas duas situações o baixo engajamento dela, particularmente na etapa do ensino médio, na preparação de mão de obra para o mercado profissional, agravando mais ainda o diagnóstico de situação.

Esse ambiente tem propiciado a aceitação de diversas propostas com caráter que negam a instituição escola. Ivan Illich é um destes teóricos. Para ele, as instituições, dentre elas a escola, funcionam como mecanismo de pressão e repressão, conduzindo as pessoas a se adequarem aos objetivos da produção de mercadorias. Por outro lado, quanto mais igualitária uma sociedade for, maior é a centralização do controle social para distribuir, de forma equânime, os bens produzidos. Entretanto, esse mecanismo restringe a liberdade das pessoas, empurrando-as para uma engrenagem burocrática, prejudicando-as e submetendo-as ao domínio da mercadoria.

No livro *Sociedade sem escolas*, Illich nega a importância da escola como instrumento de inclusão social e promoção da liberdade individual. Seu tom radical parte da premissa de que a sociedade escolarizada constituiu um mundo no qual o conhecimento só é legítimo se for oriundo da escola, tornando as pessoas dependentes dela, sem fazer distinção da classe social a que pertencam. Para ele, “em todo o mundo a escola tem um efeito antieducacional sobre a sociedade: Os fracassos da escola são tidos, pela maioria, como prova de que a educação é tarefa muito dispendiosa, muito complexa, sempre misteriosa e muitas vezes quase im-

possível.” (ILLICH, 1985, p. 22). A escola, nesse contexto:

Se apropria de dinheiro das pessoas e da boa vontade disponível, para então desencorajar outras instituições a que assumam tarefas educativas. O trabalho, o lazer, a política, a vida na cidade e mesmo a vida familiar dependem da escola, por causa dos hábitos e conhecimentos que pressupõem, em vez de converterem-se nos meios de educação (ILLICH, 1985, p. 22).

Illich compreende que uma criança pobre jamais terá as mesmas condições de aprendizagem, por exemplo, se comparada a uma criança de classe média, visto que esta é detentora de vantagens em relação àquela no que se refere a aspectos materiais. Por exemplo, a criança de classe média pode contemplar uma viagem pelo mundo e tem a seu dispor a possibilidade de adquirir livros para a biblioteca particular, realidade bem distinta da criança pobre. Para tornar a escola igual para todos é necessário um dispêndio volumoso de recursos públicos, verba que tende a aumentar à medida que a escola se torne cada vez mais massiva. Por isso, Ivan Illich é taxativo: “A escolarização obrigatória, igual para todos, deve ser reconhecida como impraticável, ao menos economicamente.” (ILLICH, 1985, p. 22). Assim, qualquer tentativa de universalizar a educação não logrará êxito. A escola é o problema.

A exemplo do que acontece com a escola, o professor também é criticado por Ivan Illich. Segundo ele, o docente perverte a opinião pública quando reivindica melhores salários e condições de trabalho, argumentando que sua formação é requer dispendios



elevados e de forma constante. Isso só é possível porque o certificado (diploma) que lhe é concedido permite manipular, do ponto de vista do mercado, a mente da sociedade escolarizada. Para exemplificar, afirma que “a maioria dos professores de artes e comércio são menos hábeis, menos inventivos e menos comunicativos que os melhores artesãos e comerciantes” (ILLICH, 1985, p. 36).

Para Illich, do mesmo modo que uma pessoa pode substituir um médico para realizar um diagnóstico qualquer, os indivíduos podem substituir o professor no ato de ensinar. Para ele, isso não acontece atualmente porque lecionar é legitimado aos docentes por meio de um certificado (diploma): “O direito igual de cada pessoa de exercer sua competência para aprender e instruir-se é, atualmente, pré-esvaziado pelos professores com certificado” (ILLICH, 1985, p. 36). Essa constatação de Illich é motivada pela razão de que a “escola obrigatória e a escolarização tornam-se um fim em si mesmo: uma estada forçada na companhia de professores [...] Por sua vez, a competência do professor é restringida ao que é permitido fazer na escola” (ILLICH, 1985, p. 36). Em outros termos, tanto a escola como o professor convertem-se em inimigos da liberdade individual.

Outra propositura que nega o papel da escola e tem recebido respaldo político<sup>9</sup> é a defesa da educação doméstica (*homeschooling*). É atribuído ao professor John Holt

a fonte da proposta.<sup>10</sup> Além de escrever uma crítica à escola, defendeu que a criança aprenderia melhor se fosse educada em casa. Nesse caso, os próprios pais poderiam ensinar a seus filhos ou contratar professores particulares para ministrar os conteúdos educativos.

No livro *Aprendendo o tempo todo*, John Holt critica a escola, propondo a ideia de desescolarização da sociedade. Para ele, a sala de aula é o pior lugar para uma criança começar a ler, pois é um ambiente propício ao constrangimento. Isso fica evidente, segundo ele, quando outras crianças achem cada erro cometido por um colega de turma ou quando o professor, a exemplo dos alunos, humilha um estudante que não aprender determinado conteúdo educativo. Desse modo, a escola transforma-se em um ambiente para a humilhação, convertendo-se em um espaço desagradável para a criança.

Segundo os defensores do *homeschooling*, as vantagens do ensino doméstico são: 1) As crianças não precisam se locomover até a escola, passando a sensação de mais conforto na hora da aprendizagem; 2) A escola tem sido palco de violência e consumo de drogas; 3) A indisciplina em sala de aula acaba impactando na aprendizagem dos estudantes, e os professores perdem tempo tentando acalmá-los; 4) O *homeschooling* impede que haja doutrinação ideológica por parte dos professores; e 5) Aumentam as possibilidades de os pais supervisionarem mais de perto os próprios filhos, principalmente quando se ensina educação

---

<sup>9</sup> Há iniciativas no Congresso Nacional para se regulamentar a prática do *homeschooling* no âmbito da legislação educacional brasileira. Além disso, o governo federal colocou entre suas 100 metas prioritárias a regulamentação da educação doméstica.

---

<sup>10</sup> John Holt liderou o movimento que divulgou a prática do ensino doméstico (*homeschooling*) pelo mundo.

sexual ou moral. Em suma, o principal argumento dos defensores da educação doméstica é que os responsáveis precisam ter a liberdade de escolher a melhor forma de educar os próprios filhos e os conteúdos a serem ensinados, tendo em vista uma espécie de direito natural que a família tem para ensinar valores morais à sua prole.

Não se sabe ao certo quantas famílias brasileiras adotam a prática do *homeschooling*. Informações coletadas no *site* da Associação Nacional de Ensino Domiciliar (Aned) apontam que 7,5 mil famílias educam seus filhos no ambiente doméstico, o que dá algo em torno de 15 mil crianças e jovens com faixa dos 4 aos 17 anos. O número pode parecer pouco, mas a ANED registrou crescimento de 2.000 % entre 2011 e 2018. Nos EUA, país que tem tradição na prática do *homeschooling*, estima-se que 2 milhões de crianças em idade escolar estudam em casa.

O fenômeno do *homeschooling* foi estudado, nos EUA, por Michael Apple. No livro *Educando a direita*, o autor expõe a relação entre as forças políticas de caráter neoconservador e a educação. Após quantificar a presença do ensino domiciliar, observa que a proposta aparece como uma espécie de salvadora, uma alternativa empolgante para um sistema de ensino alicerçado em escolas consideradas fracassadas. Ele identifica que, para os defensores do *homeschooling*, a educação secular transforma as crianças em pessoas estranhas, colocando-as, muitas vezes, contra as convicções paternas. Nesses termos, a escola é uma ameaça à inocência das crianças, aos valores religiosos e às visões tradicionais que giram em torno do debate da educação.

O movimento em defesa do ensino doméstico reflete o crescimento da consciência privatista da educação. O sentimento antiestatal pressupõe que o Estado não é mais o executor do interesse público, quando constitui políticas públicas que tendem a propiciar bem-estar social. Pelo contrário, o Estado nega aos indivíduos-consumidores a oportunidade de fazer suas próprias escolhas, além de ser uma instituição vive parasitando em torno do dinheiro público. Como registra Apple, “as próprias escolas públicas são vistas como lugares extremamente perigosos. Essas escolas eram instituições que ameaçavam a alma das pessoas.” (APPLE, 2003, p. 224). Ainda segundo ele, os defensores do *homeschooling* afirmam que a escola impõe a moralidade do outro para a criança, contrariando, muitas vezes, os valores morais da família.

Assim, os professores estão no alvo das forças políticas neoconservadoras. Por isso, os docentes são vistos como incompetentes, beneficiados por altos salários, com baixa jornada de trabalho e férias longas. Além disso, detentores de um conhecimento especializado em educação e ocupantes de uma autoridade formal, os professores estão inseridos no corpo burocrático estatal. O discurso dos defensores do *homeschooling* critica-os por causa da apropriação que fazem dos recursos públicos e do Estado.

Após analisar a prática do *homeschooling* nos EUA, Luís Carlos de Freitas (2020) afirma que, “se para os conservadores o que interessa no *homeschooling* é a possibilidade de vincular a educação dos filhos aos valores da família, para os neoliberais interessa a criação do ‘mercado do *homeschooling*’ e seus efeitos práticos sobre a

diminuição do Estado”. Não é por acaso, portanto, que tal proposta tenha tido apoio do governo Bolsonaro.

A proposta do *homeschooling*, *grosso modo*, contempla o negacionismo escolar, os ultraliberais (defensores do Estado ultra mínimo) e os conversadores. Além disso, há o interesse direto dos setores empresariais que atuam no setor educacional, visto que eles enxergam na educação doméstica uma possibilidade de fazer negócios, seja vendendo conteúdos por meio de aplicativos, seja ofertando aulas *on-line* (aplicativos ou *Youtube*). Em qualquer um desses sentidos, tanto a escola como a profissão docente correm sério risco de passar por um novo processo de desgaste, dessa vez mais radical. Como observa Apple, as escolas, “enquanto uma das poucas instituições que ainda é pública, as lutas em torno dela são cruciais”, acrescentando que elas “têm impulsos e pressões contraditórias em seu interior, principalmen-

te numa época de modernização conservadora.” (APPLE, 2003, p. 236).

Enfim, a situação do professor nunca foi boa e parece que o clima de deterioração profissional tende a piorar. É nesse contexto que se deve considerar qualquer ação que vise o aperfeiçoamento da formação do docente de Filosofia. Por mais que os elementos sejam conjunturais, a realidade concreta e os movimentos que estão em curso tendem a repercutir em qualquer ação futura. De forma específica, a formação do docente de Filosofia, mais do que nunca, passa pela valorização da instituição escola, especialmente a pública, e pelo fortalecimento da educação, principais alvos das forças políticas ultraliberais e conservadoras.

## Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. e-book. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In.: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001. p.35-48.

APPLE, M.W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei nº 13.467/2017**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm)>. Acesso: 25/05/2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação superior 2018**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf)>. Acesso em 02/06/2020.

- CHAUÍ, M. **O que é a nova direita?** Disponível em < <https://outraspalavras.net/outrasmidi-as/marilena-chau-i-o-que-e-a-nova-ultradireita/> >. Acesso em 25/05/2020.
- COMENIUS. **Didática magna**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DESCARTES. R. **O discurso do método**. São Paulo: Cultural, 1999.
- DOMENICI, T. **Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam**. Matéria originalmente publicada no site A Pública. Disponível em < <https://apublica.org/2020/04/laureate-usa-robos-no-lugar-de-professores-sem-que-alunos-saibam/#.XqrvvKaQleM.twitter> >. Acesso em 27/05/2020.
- FREITAS, L.C. **Conservadores e neoliberais se encontram no homeschooling**. Blog Avaliação educacional: blog do Freitas. Disponível em < <https://avaliacaoeducacional.com/2019/01/27/conservadores-e-neoliberais-se-encontram-no-homeschooling/#:~:text=Para%20a%20alian%C3%A7a%20conservadora%2Fliberal,%2C%20portanto%2C%20coisa%20de%20comunista.> >. Acesso em 02/06/2020.
- HOLT, J. **Aprendendo o tempo todo**. Campinas: Verus, 2006.
- ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7.ed. Petropolis: Vozes, 1985.
- JORNAL IHU ONLINE. **Ivan Illich, pensador radical e inovador**. Ano 2, n.46, 9 de dezembro de 2002. Disponível em < <http://www.ihuonline.unisinos.br/educacao/46> >. Acesso em 31/05/2020.
- ROCHA, R. **Escola partida: ética e política na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2020.
- RUSSELL. B. **As funções de um professor**. Tradução Olga Pombo. Lisboa: Relógio D'água, 2000. p.71-85.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a educação**. Tradução Renato Prelorentzou. São Paulo: EdUNESP, 2014.
- SILVEIRA, J. B. **Terceirização na educação e os prejuízos para o ensino**. Revista Carta Capital, edição online. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/terceirizacao-na-educacao-e-os-prejuizos-para-o-ensino/> >. Acesso em 25/05/2020.
- TESSARINI JUNIOR, G.; SALTORATO, P. **Impactos da indústria 4.0 na organização do trabalho: uma revisão sistemática da literatura**. In.: Revista Produção Online. v.18, n.2, p.743-769. Florianópolis, 2018. Disponível em < <https://producaoonline.org.br/rpo/article/viewFile/2967/1678> >. Acesso em 27/05/2020.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO; ITAÚ SOCIAL. **Profissão Professor**. julho, 2018. Disponível em < <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/iniciativa-profissao-professor> >. Acesso em 02/06/2020.

Recebido em: 30/05/2020  
Aprovado em: 25/10/2020